



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

2022



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA – CONTAS DE GOVERNO

JAILSON JOSÉ QUIUQUI
Prefeito Municipal

MENARA SCALDAFERRO RODRIGUES
Controladora Geral do Município
OAB/ES 29.295 – Decreto nº 9.245/2021

FABIANE DALLAFINA MATOSAK GUARESQUE
Auditora Pública Interna
CRC ES – 018478/O-5

2022



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DO CONTROLE INTERNO

Emitente: Unidade Central de Controle Interno de Águia Branca/ES

Entidade: Município de Águia Branca

Gestor responsável: Jailson José Quiuqui

Exercício: 2022

1. INTRODUÇÃO

A Controladoria Geral elaborou Plano Anual de Auditoria Interna para o exercício de 2022, que foi enviado ao Prefeito Municipal e aprovado pelo Decreto nº 9.835/2022, tendo como destaque os trabalhos de Auditoria Interna e Controle Interno, conforme determina o disposto na Lei Municipal nº 1.122/2013 e, na Instrução Normativa SCI Nº 06/2021, bem como em razão da regulamentação da Instrução Normativa 34/2015, Instrução Normativa 68/2020 e, Resolução 227/2011, todas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - TCEES.

Denota-se que a Controladoria Geral do Município envidou todos os esforços para no curso do exercício do ano de 2022, realizar o atendimento de todas as notificações dos órgãos de Controle Externo, além de realizar o Acompanhamento do e-SIC, Monitoramento do Portal Transparência e atendimento ao canal de Ouvidoria.

É notório que, apesar do cumprimento parcial das atividades planejadas no Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI 2022, foram realizadas pela Unidade Central de Controle Interno – UCCI, avaliações da Entidade – MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA no que se refere aos pontos de controle contidos na Tabela Referencial 01 da IN 68/2020, de exigência do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, conforme disposto abaixo:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.1.3	Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo.	Listagem razão do plano de contas – Sistema Público de Contabilidade – orçamentário e contábil	CRFB/88, art. 168.	Avaliar se os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos do Poder Legislativo, foram transferidos pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês, em duodécimos.	Análise da Listagem de Pagamentos no Sistema de Contabilidade Pública com o demonstrativo do total de repasses de duodécimo mensal ao Poder Legislativo em cumprimento à data limite. Conta contábil: 351120100002 – Duodécimo – Câmara Municipal	Conta contábil: 351120100002 – Duodécimo – Câmara Municipal Valor Total de repasse de Duodécimos do Poder Executivo para o Poder Legislativo no exercício de 2022: R\$1.969.999,92 Data de Repasse mensal: 20.01.2022 – R\$ 179.069,20 18.02.2022 – R\$ 179.069,20 18.03.2022 – R\$ 134.361,58 20.04.2022 – R\$ 164.166,66 20.05.2022 – R\$ 164.166,66 20.06.2022 – R\$ 164.166,66 20.07.2022 – R\$ 164.166,66 18.08.2022 – R\$ 164.166,66 20.09.2022 – R\$ 164.166,66 20.10.2022 – R\$ 164.166,66 18.11.2022 – R\$ 164.166,66 Valor previsto a título de duodécimo na Lei Orçamentária Anual: R\$ 1.970.000,00
1.2.14	Equilíbrio financeiro e Atuarial - Plano de Equacionamento	Lei Municipal nº 1.687/2022 Lei Municipal nº 522/2002; Lei Municipal nº 523/2002; DEMAAT – Reavaliação Atuarial	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Avaliar, nos institutos próprios de previdência social onde for verificado desequilíbrio financeiro e atuarial, se estão sendo instituídas medidas com vistas ao reequilíbrio do regime próprio de previdência.	Lei Municipal nº 1.687/2022 aprovada em 18.02.2022; Lei Municipal nº 522/2002; Lei Municipal nº 523/2002; Análise dos arquivos DEMAAT para verificar o equilíbrio financeiro e atuarial do ente.	Lei municipal nº 1.687/2022 que dispõe sobre plano de amortização para equacionamento do déficit atuarial - com medidas para reequilíbrio atuarial do RPPS Lei Municipal nº 522/2002; Lei Municipal nº 523/2002;



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						Análise dos arquivos DEMAAT para verificar o equilíbrio financeiro e atuarial do ente: - Provisões matemáticas ou passivo atuarial
1.4.1	Educação aplicação mínima	Relatório Resumido de Execução Orçamentária - ANEXO 8	CRFB/88, art. 212, Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 69	Avaliar se a aplicação de recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino atingiu o limite de vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, considerando recursos aplicados a totalidade de despesas liquidadas compatíveis à função de governo, conforme Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB.	Análise do Demonstrativo das receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE – Anexo 08 do RREO Apuração do percentual de Limite Constitucional da receita proveniente de impostos e transferências aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino.	Valor aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino no exercício de 2022: R\$ 11.248.991,65 Percentual de aplicação: 31,48%
1.4.2	Educação – remuneração dos profissionais do magistério	Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO – ANEXO 08	CRFB/88, art. 212-A, inciso XI	Avaliar se foram destinados, no mínimo, 70% dos recursos do FUNDEB ao pagamento de profissionais da educação básica em efetivo exercício.	Análise do Demonstrativo das receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE – FUNDEB (Anexo 08 – RREO) Apuração do limite de gastos com remuneração dos profissionais da educação básica no exercício de 2022 1º Bimestre 2º Bimestre 3º Bimestre 4º Bimestre 5º Bimestre 6º Bimestre	Valor aplicado no pagamento de profissionais da educação básica em efetivo exercício no ano de 2022: R\$ 6.367.934,89 Percentual de aplicação: 73,71% Apuração do percentual do limite de gastos com remuneração dos profissionais da educação básica no exercício de 2022: 1º Bimestre: 40,50% 2º Bimestre: 45,87% 3º Bimestre: 50,99% 4º Bimestre: 54,04% 5º Bimestre: 55,57% 6º Bimestre: 73,71%
1.4.3	Educação -	Listagem de	Lei nº 9.394/1996	Avaliar se as despesas consideradas	Consulta ao Sistema Informatizado	Listagem de pagamentos no período de



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	Pertinência	pagamentos no período de 01/01/2022 a 31/12/2022 Fonte de Recursos 11110000000 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS – EDUCAÇÃO	(LDB), arts. 70 e 71 e Lei 14.113/2020 (Fundeb)	como aplicação na manutenção e no desenvolvimento do ensino atenderam as disposições contidas nos artigos 70 e 71 da Lei 9.394/1996 (LDB) e Lei 14.113/2020 (Fundeb), observando, inclusive, o tratamento dispensado às transferências de recursos para os fundos financeiros dos regimes próprios de previdência (repasse financeiro para cobertura de déficit previdenciário), os quais não devem ser considerados para fins de aplicação	de Contabilidade Pública quanto as despesas empenhadas e pagas que foram classificadas na Fonte de Recursos 11110000000 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS – EDUCAÇÃO Em análise à listagem de pagamentos disponível no sistema informatizado de contabilidade pública que foram considerados como aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino e efetivados com a receita de impostos e de transferência de impostos, evidencia-se que foram atendidas as disposições contidas nos artigos 70 e 71 da Lei nº 9.394/1996 (LDB) e Lei 14.113/2020 (Fundeb).	01/01/2022 a 31/12/2022 Fonte de Recursos 11110000000 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS – EDUCAÇÃO
1.4.4	Saúde aplicação mínima	Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO – ANEXO 12	CRFB/88, art. 77, inciso III, do ADCT c/c LC 141/2012, arts. 6º e 7º.	Avaliar se foram aplicados, em doações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos equivalentes a 12% e 15%, respectivamente, pelo estado e pelos municípios, da totalidade da arrecadação de impostos e das transferências que compõem a base de cálculo conforme previsto na CRFB/88 e na LC 141/2012	Análise do Demonstrativo das receitas e despesas com ações e serviços públicos de saúde. Apuração do percentual de Limite Constitucional da receita proveniente de impostos e transferências aplicado nas ações e serviços públicos de saúde.	Valor aplicado nas ações e serviços públicos de saúde no exercício de 2022: R\$ 6.680.533,87 Percentual de aplicação: 19,37%
1.4.5	Saúde - pertinência	Listagem de pagamentos no período de 01/01/2022 a 31/12/2022 Fonte de Recursos 12140000000 -	LC 141/2012, arts. 3º e 4º.	Avaliar se as despesas consideradas como aplicação em ações e serviços públicos de saúde atenderam as disposições contidas nos artigos 3º e 4º da LC 141/2012, observando,	Consulta ao Sistema Informatizado de Contabilidade Pública da Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde quanto as despesas empenhadas e pagas que foram classificadas na Fonte de Recursos 12140000000 -	Listagem de pagamentos no período de 01/01/2022 a 31/12/2022 Fonte de Recursos 12140000000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL		inclusive, o tratamento dispensado às transferências de recursos para os fundos financeiros dos regimes próprios de previdência (repasse financeiro para cobertura de déficit previdenciário), os quais não devem ser considerados para fins de aplicação.	TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL Em análise a listagem dos pagamentos das despesas consideradas em ações e serviços públicos de saúde evidencia-se que foram atendidas as disposições contidas nos artigos 3º e 4º da Lei Complementar 141/2012.	
1.4.6	Despesas com pessoal - abrangência	Listagem de empenhos no período de 01/01/2022 a 31/12/2022 – Elemento de despesa nº 339039 (Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica) Análise dos contratos realizados no exercício de 2022	LC 101/2000, art. 18.	Avaliar se todas as despesas com pessoal, inclusive mão de obra terceirizada que se referem à substituição de servidores, foram consideradas no cálculo do limite de gastos com pessoal previstos na LRF.	Em análise à listagem de empenhos realizados na Prefeitura Municipal de Águia Branca, referente exercício de 2022, por meio de consulta aos elementos de despesa empenhados, conclui-se que no exercício de 2022 não foram realizadas contratações que configurassem mão de obra terceirizada em substituição de servidores.	Listagem de empenhos no período de 01/01/2022 a 31/12/2022 – Elemento de despesa nº 339039 (Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica) Análise dos contratos realizados no exercício de 2022
1.4.7	Despesas com pessoal limite	Relatório de Gestão Fiscal (RGF) - ANEXO 1	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.	Análise do Relatório de Gestão Fiscal com Demonstrativo da Despesa com pessoal no Poder Executivo. Cálculo do limite de despesas totais com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida.	Receita Corrente Líquida: R\$ 51.949.344,68 Despesas totais com pessoal – Poder Executivo: R\$ 25.518.022,08 Percentual das despesas totais em relação à Receita Corrente Líquida: 49,12%
1.4.8	Despesas com pessoal - descumprimento de limites nulidade do ato	PESS – Declaração do Chefe do Poder Executivo Municipal para controle da despesa com pessoal.	LC 101/2000, art. 21.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas nos incisos I e	PESS – Declaração do Chefe do Poder Executivo Municipal para controle da despesa com pessoal.	PESS – Declaração do Chefe do Poder Executivo Municipal para controle da despesa com pessoal. LEIPESS – Cópia das leis ou normas legais referente a



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		LEIPESS – Cópia das leis ou normas legais referente a pessoal.	II, do artigo 21, da LRF.	<p>LEIPESS – Cópia das leis ou normas legais referente a pessoal.</p> <p>Lei nº 1.696/2022 - Norma aprovada para alteração de norma anterior já existente, não dispondo da necessidade de cumprir as exigências do art. 21, LRF.</p> <p>Lei nº 1.699/2022 - Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (art. 16 LRF) e</p> <p>- Declaração do ordenador da despesa de que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16 LRF).</p> <p>Lei nº 1.700/2022 - Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (art. 16 LRF) e</p> <p>- Declaração do ordenador da despesa de que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16 LRF).</p> <p>Lei nº 1.724/2022 - Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (art. 16 LRF) e</p>	<p>pessoal.</p> <p>Lei nº 1.696/2022 - Norma aprovada para alteração de norma anterior já existente, não dispondo da necessidade de cumprir as exigências do art. 21, LRF.</p> <p>Lei nº 1.699/2022 - Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (art. 16 LRF) e</p> <p>- Declaração do ordenador da despesa de que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16 LRF).</p> <p>Lei nº 1.700/2022 - Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (art. 16 LRF) e</p> <p>- Declaração do ordenador da despesa de que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16 LRF).</p> <p>Lei nº 1.724/2022 - Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (art. 16 LRF) e</p> <p>- Declaração do ordenador da despesa de que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16 LRF).</p> <p>Lei nº 1.725/2022 - Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois</p>
--	--	--	---------------------------	--	---



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

				<p>- Declaração do ordenador da despesa de que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16 LRF).</p> <p>Lei nº 1.725/2022</p> <p>- Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (art. 16 LRF) e</p> <p>- Ausência de Declaração do ordenador da despesa de que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16 LRF).</p> <p>Lei nº 1.758/2022</p> <p>- Ausência de Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (art. 16 LRF)</p> <p>- Ausência de Declaração do ordenador da despesa de que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16 LRF).</p> <p>Lei nº 1.762/2022</p> <p>- Norma aprovada para alteração de norma anterior já existente, não dispondo da necessidade de cumprir as exigências do art. 21, LRF.</p>	<p>subsequentes (art. 16 LRF) e</p> <p>- Ausência de Declaração do ordenador da despesa de que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16 LRF).</p> <p>Lei nº 1.758/2022</p> <p>- Ausência de Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (art. 16 LRF)</p> <p>- Ausência de Declaração do ordenador da despesa de que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16 LRF).</p> <p>Lei nº 1.762/2022</p> <p>- Norma aprovada para alteração de norma anterior já existente, não dispondo da necessidade de cumprir as exigências do art. 21, LRF.</p>
--	--	--	--	---	--



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

1.4.10	Despesas com pessoal limite prudencial vedações	Relatório de Gestão Fiscal (RGF) - ANEXO 1	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Avaliar se as despesas totais com pessoal excederam 95% do limite máximo permitido para o Poder e, no caso de ocorrência, se as vedações previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF foram observadas.	Análise do Relatório de Gestão Fiscal com Demonstrativo da Despesa com pessoal no Poder Executivo.	Receita Corrente Líquida: R\$ 51.949.344,68 Despesas totais com pessoal – Poder Executivo: R\$ 25.518.022,08 Limite apurado: 49,10% Limite Máximo: 54% R\$ 28.052.646,13 Limite Prudencial: 51,30% R\$ 26.650.013,82
1.4.11	Despesas com pessoal extrapolação do limite providências / medidas de contenção	Relatório de Gestão Fiscal (RGF) - ANEXO 1	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Avaliar se as despesas totais com pessoal ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e, no caso de ocorrência, se as medidas saneadoras previstas no artigo 23 (e 169, §§ 3º e 4º da CF 88) foram adotadas.	Análise do Relatório de Gestão Fiscal com Demonstrativo da Despesa com pessoal no Poder Executivo.	Receita Corrente Líquida: R\$ 51.949.344,68 Despesas totais com pessoal – Poder Executivo: R\$ 25.518.022,08 Limite apurado: 49,10% Limite Máximo: 54% R\$ 28.052.646,13 Limite Prudencial: 51,30% R\$ 26.650.013,82
1.4.12	Despesa com pessoal – expansão de despesa – existência de dotação orçamentária – autorização na LDO	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.634/2021 LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.667/2021	CRFB/88, art. 169, § 1º.	Avaliar se houve concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e	Em análise a LDO publicada para o exercício de 2022, foi verificado a disposição em seu art. 44, da indicação de prévia autorização específica para aprovação de atos normativos de despesa com pessoal no exercício de 2022. Em análise a LOA publicada para o exercício de 2022, foi verificado que esta dispõe de prévia dotação orçamentária	Art. 44 da Lei nº 1.634/2021 - Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO Lei nº 1.667/2021 – Lei Orçamentária Anual Quadro demonstrativo da Despesa Segundo as Categorias Econômicas Elemento de despesa: 3.1.00.00.00.000 - Pessoal e Encargos Sociais: 50,93% R\$ 25.151.040,98



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

				mantidas pelo poder público, inobservando a inexistência: I – de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; II – de autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.	suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.	
1.4.14	Transferências para o Poder Legislativo Municipal	<p>LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.667/2021</p> <p>Relatório de Gestão – RELGES</p> <p>Limite de gasto com Legislativo Municipal</p> <p>Listagem razão do plano de contas – Sistema Público de Contabilidade – orçamentário e contábil</p> <p>Portal da Transparência da Câmara Municipal de Águia Branca</p> <p>https://cmaquiabranca-es.portaltp.com.br/consultas/repasses/d</p>	CRFB/88, art. 29-A, § 2º.	Avaliar se os repasses ao Poder Legislativo Municipal obedeceram os dispositivos contidos no § 2º do artigo 29-A da CRFB/88.	<p>Análise das Transferências de recursos financeiros para Câmara Municipal no exercício de 2022:</p> <p>Relatório de Gestão – RELGES</p> <p>Previsão de repasse de duodécimo – Lei Orçamentária Anual</p> <p>Listagem razão do plano de contas – Sistema Público de Contabilidade – orçamentário e contábil</p> <p>Portal da Transparência da Câmara Municipal de Águia Branca</p> <p>https://cmaquiabranca-es.portaltp.com.br/consultas/repasses/duodecimoCamara.aspx</p> <p>Balancete de Verificação - BALVER</p> <p>Programação de desembolso mensal – transferência recebida.</p>	<p>Lei Orçamentária Anual</p> <p>Previsão de repasse ao Poder Legislativo Municipal:</p> <p>R\$ 1.970.000,00</p> <p>Transferência de Duodécimo no exercício de 2022:</p> <p>Valor Apurado:</p> <p>R\$1.969.999,92</p> <p>Percentual: 6,99%</p> <p>Valor Máximo de Limite</p> <p>R\$ 1.970.000,00</p> <p>Percentual: 7%</p> <p>Conta contábil: 351120100002 – Duodécimo – Câmara Municipal</p> <p>Valor Total de repasse de Duodécimos do Poder Executivo para o Poder Legislativo no exercício de 2022:</p> <p>R\$1.969.999,92</p>



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		uodecimoCamara.aspx Balancete de Verificação - BALVER			Código Contábil: 8.2.2.1.1.02.02 Movimento no exercício: R\$ 1.969.999,92	Data de Repasse mensal: 20.01.2022 – R\$ 179.069,20 18.02.2022 – R\$ 179.069,20 18.03.2022 – R\$ 134.361,58 20.04.2022 – R\$ 164.166,66 20.05.2022 – R\$ 164.166,66 20.06.2022 – R\$ 164.166,66 20.07.2022 – R\$ 164.166,66 18.08.2022 – R\$ 164.166,66 20.09.2022 – R\$ 164.166,66 20.10.2022 – R\$ 164.166,66 18.11.2022 – R\$ 164.166,66 Balancete de Verificação - BALVER Programação de desembolso mensal – transferência recebida. Código Contábil: 8.2.2.1.1.02.02 Movimento no exercício: R\$ 1.969.999,92
1.4.15	Dívida pública extrapolção de limite no decorrer da execução orçamentária redução do valor excedente	RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º semestre – Anexo II	LC 101/2000, art. 31 e Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.	Avaliar se a dívida consolidada do Estado/Município ultrapassou o respectivo limite ao final de um quadrimestre. Em caso positivo, verificar se a mesma foi reconduzida ao seu limite até o término dos três quadrimestres subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro.	Conforme análise da Dívida Consolidada Líquida constante do RGF, denota-se que o Município de Água Branca não excedeu os limites estabelecidos no art. 3º e 4º da Resolução 40/2001 do Senado Federal no exercício de 2022, não sendo necessário adotar medidas para redução de valor excedente.	Saldo da Dívida Consolidada no Anexo II do Relatório de Gestão Fiscal não ultrapassou o limite estabelecido pela Lei Complementar 101/2000. Relatório de Gestão Fiscal (RGF) 1º Semestre: Receita Corrente Líquida (RCL): R\$ 50.085.195,64 Dívida Consolidada Líquida (DCL): Limite apurado: R\$ 23.399.181,33 Porcentagem da Dívida Consolidada Líquida sobre a RCL: 46,72%



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						<p>Limite Máximo permitido: R\$ 60.102.234,77</p> <p>Relatório de Gestão Fiscal (RGF) 2º Semestre:</p> <p>Receita Corrente Líquida (RCL): R\$ 51.949.344,68</p> <p>Dívida Consolidada Líquida (DCL): Limite apurado: (R\$ 19.745.283,80)</p> <p>Porcentagem da Dívida Consolidada Líquida sobre a RCL: 38,01%</p> <p>Limite Máximo permitido: R\$ 62.339.213,62</p>
1.4.16	Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária limite	<p>Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO – ANEXO 1</p> <p>Relatório de Gestão Fiscal – RGF - ANEXO 4</p> <p>Balanco Orçamentário - BALORC</p>	Resolução nº 43/2001 Senado Federal, art. 10	Avaliar se houve contratação de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício. Existindo, verificar se o saldo devedor das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária não excedeu o limite de 7% (sete por cento) da receita corrente líquida.	Da análise do RREO, RGF e BALORC, evidenciou-se que o Município de Água Branca não efetuou Operações de Crédito no exercício de 2022.	<p>Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO – Anexo I – Balanço Orçamentário - Operações de crédito/refinanciamentos</p> <p>Relatório de Gestão Fiscal – RGF – Anexo 04 - Demonstrativo das Operações de Crédito</p> <p>Balanço Orçamentário – BALORC - Receita de Capital: Operações de crédito: R\$0,00</p>
2.1.1	LDO compatibilidade com Plano Plurianual.	<p>LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.634/2021</p> <p>PPA – Plano Plurianual – 2022-2025 – Lei nº 1.651/2021</p>	CRFB/88, art. 165, § 1º.	Avaliar se as diretrizes, objetivos e metas estabelecidas na LDO estiveram compatíveis com o PPA aprovado para o exercício.	<p>Em confronto das peças que compõe os instrumentos de planejamento – avaliou-se que as diretrizes e metas estabelecidas na LDO estão em compatibilidade com o PPA.</p> <p>Vale mencionar ainda, que a LDO do</p>	<p>LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.634/2021</p> <p>PPA – Plano Plurianual – 2022-2025 – Lei nº 1.651/2021</p> <p>Art. 19, da Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2022.</p>



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					exercício de 2022 dispõe de forma expressa em seu art. 19 a descrição da compatibilidade das prioridades e metas com o PPA 2022/2025.	
2.1.2	LDO limitação de empenho.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.634/2021	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “b”	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II do artigo 4º, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31, todos da LRF.	Em análise a LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.634/2021, verifica-se que os artigos 25 e 43, estabelecem critérios para limitação de empenho em conformidade com a LRF.	Análise das matérias constante nos artigos 25 e 43 da Lei nº 1.634/2021 – LDO.
2.1.4	LDO condições para transferências de recursos a entidades privadas.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.634/2021	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “f”	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.	Em análise a LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.634/2021, verifica-se pelo artigo 33, <i>caput</i> e parágrafo único, que a LDO estabelece condições e exigências para transferências de Recursos a entidades públicas e privadas, em conformidade com a LRF.	Art. 33, <i>caput</i> e parágrafo único da Lei nº 1.634/2021 (Lei de Diretrizes Orçamentárias).
2.1.5	LDO Anexo de Metas Fiscais abrangência	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.634/2021	LC 101/2000, art. 4º, §§ 1º e 2º.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Metas Fiscais estabelecendo metas anuais relativas a receitas e despesas, resultados nominal e primário, montante da dívida pública, dentre outras informações, na forma estabelecida pela LRF.	Consoante a Lei nº 1.634/2021 – Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada para o exercício de 2022 verifica-se pela leitura do art. 7º e §§ 1º, 2º e 3º, e Anexo de Metas Fiscais a previsão quanto às metas anuais relativos às Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, em conformidade com a previsão legal dos §§ 1º e 2º, do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal.	LDO - Lei nº 1.634/2021 Análise da matéria constante do art. 7º, e seus parágrafos. 02.00.00 PARTE II ANEXO DE METAS FISCAIS: 02.01.00 – Demonstrativo 1 – METAS ANUAIS



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2.1.6	LDO Anexo de Metas Fiscais conteúdo	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.634/2021 Manual de Demonstrativos Fiscais – 11ª edição – aprovado pela Portaria nº 375-2020 STN	Portaria STN nº 389/2018	Avaliar se os demonstrativos que integraram o Anexo de Metas Fiscais da LDO aprovada para o exercício foram elaborados em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.634/2021 Manual de Demonstrativos Fiscais – 11ª edição – aprovado pela Portaria nº 375-2020 STN Em análise aos demonstrativos constantes na LDO (Lei nº 1.634/2021), verifica-se as seguintes desconformidades: - Desconformidade entre a Tabela 04 – Evolução Patrimônio Líquido em confronto com o Demonstrativo 4, constante no MDF (11ª edição). Denota-se que o Município de Água Branca não realizou demonstração referente a Evolução do Patrimônio Líquido – Regime previdenciário. - Desconformidade entre a Tabela 05 – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a alienação de ativos em confronto com o Demonstrativo 5, constante no MDF (11ª edição). Denota-se que o Município de Água Branca não realizou previsão para rendimentos de aplicações financeiras, não se verifica a demonstração de valores quanto a previsão das despesas correntes dos regimes previdenciários. - Desconformidade entre a Tabela 07 – Estimativa e compensação da renúncia de receita em confronto	LDO – Lei nº 1.634/2021: Anexo de Metas Fiscais Metas Anuais – Tabela 1 Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do exercício anterior – Tabela 2 Metas Fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores — Tabela 3 Evolução do Patrimônio Líquido – Tabela 04 Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos – Tabela 5 Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – Tabela 6 Estimativa e compensação da renúncia de receita – Tabela 07 Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado – Tabela 08 Manual de Demonstrativos Fiscais – 11ª edição Demonstrativo 1– Metas Anuais (p. 63) Demonstrativo 2 – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior (p. 100) Demonstrativo 03 – Metas Fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores (p. 106)
-------	-------------------------------------	---	--------------------------	---	---	--



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					com o Demonstrativo 7 no MDF (11ª edição). Denota-se que o Município de Águia Branca não realizou Estimativa e compensação de renúncia de receita para o exercício em análise.	<p>Demonstrativo 04 – Evolução do Patrimônio Líquido (p. 117)</p> <p>Demonstrativo 05 – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos (p. 124)</p> <p>Demonstrativo 06 – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS (p. 132/133)</p> <p>Demonstrativo 07 – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita (p. 139)</p> <p>Demonstrativo 08 – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (p.152)</p>
2.1.7	LDO Anexo de Riscos Fiscais abrangência	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.634/2021	LC 101/2000, art. 4º, § 3º.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Riscos Fiscais avaliando os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso esses passivos se concretizassem.	Em análise a LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.634/2021, verifica-se que a LDO contém Anexo de Riscos Fiscais avaliando os passivos contingentes e as providências a serem tomadas em caso de concretização do referido risco, conforme disciplina art. 27, <i>caput</i> e parágrafo único da LDO, em conjunto com o Anexo de Riscos Fiscais – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.	<p>Lei nº 1.634/2021 - Análise da matéria constante do art. 27, <i>caput</i> e parágrafo único</p> <p>01.00.00 PARTE I ANEXO DE RISCOS FISCAIS</p> <p>01.01.00 Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências</p>
2.1.8	LDO Anexo de Riscos Fiscais conteúdo	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.634/2021 Manual de Demonstrativos Fiscais – 11ª edição – aprovado pela Portaria nº 375-2020 STN	Portaria STN nº 389/2018	Avaliar se o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências que integrou a LDO aprovada para o exercício foi elaborado em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN.	Em análise a LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.634/2021, Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências em confronto com as regras estabelecidas no Manual de Demonstrativos Fiscais – 11ª edição, verifica-se que apesar da previsão de passivos contingentes na LDO/2022, a estrutura do Demonstrativo se encontra em	<p>LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.634/2021</p> <p>Anexo de Riscos Fiscais – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.</p> <p>Manual de Demonstrativos Fiscais – 11ª edição – aprovado pela Portaria nº 375/2020 - STN</p>



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					conformidade com o MDF (11ª edição) editado pela STN.	
2.1.9	Programação orçamentária – disponibilização de estudos e estimativas de receitas	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.634/2021	LC 101/2000, art. 12, §3º	Avaliar se o Poder Executivo colocou à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo	Em análise ao ponto de controle, verifica-se o não cumprimento no exercício de elaboração da LDO, da disposição prevista no art. 24, parágrafo único da Lei 1.634/2021 c/c art. 12, §3º da Lei 101/2000.	Art. 24, parágrafo único da Lei nº 1.634/2021.
2.1.10	LOA compatibilidade com a LDO e com o Plano Plurianual.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.634/2021 LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.667/2021 PPA – Plano Plurianual – 2022-2025 – Lei nº 1.651/2021 Relatório de comparativo de PPA x LDO x LOA emitido via Sistema de Controle Interno e Auditoria	CRFB/88, art. 165, § 7º	Avaliar se os programas de governo, projetos e atividades previstos na LOA estiveram compatíveis com a LDO e PPA.	Analisando o comparativo PPA X LDO X LOA do exercício de 2022, disponível no Sistema de Controle Interno e Auditoria, verificou-se que os projetos e atividades previstos na Lei Orçamentária Anual são compatíveis com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.634/2021 LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.667/2021 PPA – Plano Plurianual – 2022/20205 Lei 1.651/2021 Relatório de comparativo de PPA x LDO x LOA emitido via Sistema de Controle Interno e Auditoria
2.1.11	LOA demonstrativo da	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº	LC 101/2000, art. 5º, inciso I.	Avaliar se o demonstrativo de compatibilidade da	Em consulta realizada através do relatório de compatibilização do	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.634/2021



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	compatibilidade dos orçamentos com objetivos e metas da LRF	1.634/2021 LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.667/2021		programação orçamentária com os objetivos e metas estabelecidos no Anexo de Metas Fiscais, parte integrante da LDO, integrou a LOA aprovada para o exercício.	orçamento/metad fiscais, verifica-se a compatibilização do orçamento da LOA com os objetivos e metas fiscais da LDO.	LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.667/2021
2.1.12	LOA – demonstrativo dos efeitos da renúncia de receita	DEMRE – Demonstrativo de Renúncia de Receitas LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.667/2021 LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 1.634/2021	CRFB/88, art. 165, §6º, c/c LC 101/2000, art. 5º, inciso II	Avaliar se o demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões e subsídios e benefícios da natureza financeira, tributária, creditícia, bem como, das medidas de compensação a renúncia de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado integrou a LOA aprovada para o exercício	Em análise a LDO, através do Demonstrativo 7 – Anexo de Metas Fiscais, verifica-se que o Município de Águia Branca não realizou a previsão dotação orçamentária para renúncia de receitas. Portanto, considerando que a LDO não realizou a referida dotação, não há inclusão na LOA de demonstrativo dos efeitos da renúncia de receita.	DEMRE – Demonstrativo de Renúncia de Receitas LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.667/2021 - Ausência de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia; LDO – Lei Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 1.634/2021 - 02.07.00 Demonstrativo 7 – Estimativa e compensação da renúncia de receita
2.1.13	LOA reserva de contingência	LOA – Lei Orçamentária Anual (Lei nº 1.667/2021) LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 1.634/2021)	LC 101/2000, art. 5º, inciso III.	Avaliar se a LOA aprovada para o exercício contemplou dotação orçamentária para reserva de contingência, com forma de utilização e montante definidos e compatíveis com a LDO.	Em análise a previsão de dotação orçamentária para reserva de contingência, verificou-se que a Lei Orçamentária Anual – LOA (Lei 1.667/2021) do exercício de 2022, através do seu art. 3º e Anexo VII, contemplou dotação orçamentária para reserva de contingência no montante compatível com o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências constante da Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO.	LOA - Lei Orçamentária Anual - Art. 3º da Lei nº 1.667/2021: Anexo I - Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as categorias econômicas; Anexo II - Demonstrativo da Despesa por categoria econômica; Anexo VI – Demonstrativo do programa de trabalho de governo; Anexo VII – Demonstrativo de função subfunção e programa por categoria econômica; Anexo VII – Demonstrativo de função subfunção e programa por projeto/atividade; Anexo VIII – Demonstrativo por função, subfunção e programas conforme vínculos com recurso;



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						Anexo IX – Demonstrativo da despesa por órgão e função; e - Demonstrativo Analítico da Despesa; - Orçamento da despesa por projeto atividade (consolidado). LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária - Art. 28 da Lei nº 1.634/2021 - Anexo de Riscos Fiscais – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.
2.1.14	LOA previsão de recursos para pagamento de precatórios	LOA – Lei Orçamentária Anual (Lei nº 1.667/2021) LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias (Lei nº 1.634/2021)	CRFB/88, 100, § 5º.	art. Avaliar se houve previsão na LDO e inclusão na LOA, de dotação necessária ao pagamento de débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, na forma do artigo 100 da CRFB/88.	Em análise a previsão de dotação orçamentária para pagamentos de precatórios, verificou-se que o Município de Águia Branca através da Lei Orçamentária Anual – LOA (Lei 1.667/2021) do exercício de 2022, através do Quadro do Detalhamento da Despesa - Projeto Atividade 004.0412200123.0006 – pagamentos de sentenças judiciais devidas, realizou previsão de recursos para pagamento de precatórios. Denota-se que não foram apresentados precatórios judiciais até o dia 1º de Julho, na forma do artigo 100 da CRFB/88, razão pela qual não há previsão na LDO de dotação orçamentária para pagamento de precatórios. Contudo, há previsão de reserva de contingência para decisões judiciais no Anexo de Riscos Fiscais e Providências.	LOA – Lei Orçamentária Anual (Lei nº 1.667/2021) - Demonstrativo Analítico da Despesa - Quadro do Detalhamento da Despesa Projeto Atividade 004.0412200123.0006 – pagamentos de sentenças judiciais devidas. Elemento de despesa: 33909100000 – sentenças judiciais Valor previsto: R\$ 16.300,00 LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.634/2021, reserva de contingência – decisões judiciais no Anexo de Riscos Fiscais e Providências.
2.1.16	LOA programação financeira e	DECPRO – Decreto nº 9.871/2022	LC 101/2000, art. 8º.	Avaliar se, após a publicação da LOA, foi estabelecida a programação	Em análise ao ponto de controle, verifica-se que no exercício de 2022 o Decreto nº 9.871/2022 Dispõe	Em análise ao ponto de controle, verifica-se que no exercício de 2022 o Decreto nº 9.871/2022 Dispõe sobre a Programação Financeira da



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	cronograma de desembolso.			financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.	sobre a Programação Financeira da despesa e cronograma mensal de desembolso.	despesa e cronograma mensal de desembolso.
2.1.17	Transparência na gestão	INCENTIVA	LC 101/2000, art. 48, parágrafo único	Avaliar se foram realizadas audiências públicas durante o processo de elaboração e discussão dos projetos de lei do PPA, da LDO e da LOA.	Em análise ao arquivo Incentiva, verifica-se que foram realizadas Audiências Públicas durante o processo de elaboração de LDO e LOA para o exercício de 2022. Destaca-se ainda, a realização de Audiência Pública para elaboração do PPA 2022/2025.	INCENTIVA: Comprovante de efetivação ao incentivo à participação popular e da realização de Audiência Públicas, durante os processos de elaboração e discussão do plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária. Audiência Pública Online de elaboração da LDO no período de 19/04/2021 a 25/04/2021 Audiência Pública Online de elaboração da LOA no período de 13/09/2021 a 25/09/2021 Audiência Pública Online de elaboração da PPA no período do mês de julho/2021
2.2.1	Anexo de Metas Fiscais cumprimento de metas fiscais.	<u>LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 1.634/2021)</u> LIMITA RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária	LC 101/2000, art. 9º.	Avaliar se, após a identificação do descumprimento de meta fiscal ao final de determinado bimestre, em decorrência da não realização de receitas, foram adotadas as metas fiscais de arrecadação no 1º Bimestre do exercício de 2022, empenho e movimentação financeira, nos trinta dias subsequentes.	Em análise ao cumprimento das Metas Fiscais de arrecadação prevista na LDO (Lei nº 1.634/2021), denota-se que o Município de Águia Branca, apesar do descumprimento das metas fiscais de arrecadação no 1º Bimestre do exercício de 2022, não realizou atos normativos de limitação de empenho. Denota-se que a partir do 2º Bimestre do exercício de 2022, o Município passou a cumprir a Meta Fiscal de Arrecadação prevista na LDO, encerrando o exercício no 6º Bimestre de 2022 com Superávit de Arrecadação no valor total de R\$ 13.927.818,11	Anexo da PCA – LIMITA Declaração informando que o Município de Águia Branca não editou atos legais de limitação de empenho. LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - Lei nº 1.634/2021, art. 25 Disciplina a previsão de limitação de empenho (Anexo de Metas Fiscais). Demonstrativo I – Metas Anuais 2022 Previsão inicial: R\$ 49.386.934,33 RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária Anexo I – Balanço Orçamentário Limite de Arrecadação previsto na LDO/2022 (Previsão atualizada): R\$ 55.724.049,95 Limite de Arrecadação Apurado no exercício de



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						2022: R\$ 68.568.716,64 Superávit de Arrecadação: R\$ 13.927.818,11
2.2.3	Renúncia de receitas estimativa de impacto orçamentário-financeiro.	DEMRE – Demonstrativo de Renúncia de Receitas	LC 101/2000, art. 14.	Avaliar se a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita foi acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, se atende ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e se observou as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 14, da LRF.	Consoante análise do Demonstrativo de Renúncia de Receitas, verifica-se que não foram aprovadas no exercício de 2022 leis de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita.	DEMRE – Demonstrativo de Renúncia de Receitas
2.2.4	Renúncia de receitas de eficácia da concessão ou ampliação do incentivo.	DEMRE – Demonstrativo de Renúncia de Receitas LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias (Lei nº 1.634/2021) LOA – Lei Orçamentária Anual (Lei nº 1.667/2021)	LC 101/2000, art. 14, § 2º.	Existindo renúncia de receita cuja condição de equilíbrio tenha sido a adoção de medida de compensação, hipótese do inciso II, do artigo 14 da LRF, avaliar se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput do artigo 14, só entrou em vigor quando efetivamente foram implementadas as medidas de compensação.	No tocante a análise da LDO e LOA aprovadas para o exercício em análise, verifica-se a ausência de medidas de compensação para as renúncias de receitas de legislações vigentes no Município.	DEMRE – Demonstrativo de Renúncia de Receitas Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 1.634/2021 Anexo de Metas Fiscais 02.07.00 DEMONSTRATIVO 7 – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita. Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.667/2021 Inexistência de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, bem como, das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						continuado.
2.2.13	Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura	<p>DEMCAD – Demonstrativo consolidado dos créditos adicionais.</p> <p><u>LOA – Lei Orçamentária Anual (Lei nº 1.667/2021)</u></p> <p>Lei nº 1.684/2022 https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1684-2022-1644418433.pdf</p> <p>Lei nº 1.686/2022 https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1686-2022-1646747219.pdf</p> <p>Lei nº 1.692/2022 https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1692-2022-1646748499.pdf</p> <p>Lei nº 1.702/2022 https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1702-2022-1651169745.pdf</p> <p>Lei nº 1.723/2022 https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1723-2022-1651169745.pdf</p>	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei 4.320/64	Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.	<p>Em análise ao Demonstrativo consolidado dos créditos adicionais, verifica-se que no exercício de 2022, todos créditos adicionais foram precedidos de autorização legislativa.</p> <p>Os créditos adicionais suplementares se encontram previstos nos artigos 4º e 5º da Lei Orçamentária Anual (Lei nº 1.667/2021).</p> <p>Os créditos adicionais suplementares e especiais, se encontram previstos nas seguintes Leis abaixo descritas:</p> <p>Lei nº 1.684/2022 Lei nº 1.686/2022 Lei nº 1.692/2022 Lei nº 1.702/2022 Lei nº 1.723/2022 Lei nº 1.728/2022 Lei nº 1.730/2022 Lei nº 1.731/2022 Lei nº 1.732/2022 Lei nº 1.733/2022 Lei nº 1.736/2022 Lei nº 1.750/2022 Lei nº 1.751/2022 Lei nº 1.752/2022 Lei nº 1.760/2022 Lei nº 1.765/2022 Lei nº 1.766/2022</p>	<p>DEMCAD – Demonstrativo consolidado dos créditos adicionais.</p> <p>Os créditos adicionais especiais, se encontram previstos nas seguintes Leis abaixo descritas:</p> <p>Lei nº 1.684/2022 Lei nº 1.686/2022 Lei nº 1.692/2022 Lei nº 1.702/2022 Lei nº 1.723/2022 Lei nº 1.728/2022 Lei nº 1.730/2022 Lei nº 1.731/2022 Lei nº 1.732/2022 Lei nº 1.733/2022 Lei nº 1.736/2022 Lei nº 1.750/2022 Lei nº 1.751/2022 Lei nº 1.752/2022 Lei nº 1.760/2022 Lei nº 1.765/2022 Lei nº 1.766/2022</p>



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	<p>ordinaria-1723-2022-1659540273.pdf</p> <p>Lei nº 1.728/2022 https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1728-2022-1661341933.pdf</p> <p>Lei nº 1.730/2022 https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1730-2022-1661342049.pdf</p> <p>Lei nº 1.731/2022 https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1731-2022-1661342074.pdf</p> <p>Lei nº 1.732/2022 https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1732-2022-1661512943.pdf</p> <p>Lei nº 1.733/2022 https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1733-2022-1661512973.pdf</p> <p>Lei nº 1.736/2022 https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1736-2022-1661513098.pdf</p>				
--	---	--	--	--	--



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		<p>Lei nº 1.750/2022 https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1750-2022-1670507076.pdf</p> <p>Lei nº 1.751/2022 https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1751-2022-1670507139.pdf</p> <p>Lei nº 1.752/2022 https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1752-2022-1670507188.pdf</p> <p>Lei nº 1.760/2022 https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1760-2022-1670519289.pdf</p> <p>Lei nº 1.765/2022 https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1765-2022-1673010999.pdf</p> <p>Lei nº 1.766/2022 https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1766-2022-1673011054.pdf</p>				
--	--	---	--	--	--	--



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2.2.14	Créditos adicionais – decreto executivo	DEMCAD – Demonstrativo consolidado dos créditos adicionais. Decretos executivos de créditos adicionais	Lei nº 4.320/1964, art. 42.	Avaliar se os créditos adicionais (suplementares ou especiais) autorizados por lei foram abertos mediante edição de decreto executivo.	Em análise ao Demonstrativo consolidado dos créditos adicionais, verifica-se que no exercício de 2022, todos créditos adicionais foram abertos mediante Decreto Executivo.	DEMCAD - Demonstrativo consolidado dos créditos adicionais. Verificação de todos os Decretos Executivos de Créditos Adicionais. Quantidade de Decretos Executivos expedidos no exercício de 2022: 61 Decretos executivos
2.2.17	Autorização legislativa para instituição de fundos de qualquer natureza	Lei Municipal nº 1.721/2022 https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1721-2022-1658841830.pdf	CRFB/88, art. 167, inciso IX.	Avaliar se houve instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.	Em análise aos Fundos criados pelo Município de Água Branca, verifica-se que estes foram instituídos mediante prévia autorização legislativa.	Lei Municipal nº 1.721/2022 – cria o Fundo Municipal de proteção e defesa civil - FUNMPDEC
2.2.21	Transparência na gestão instrumentos de planejamento e demonstrativos fiscais	Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Água Branca	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Avaliar se foi dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, aos seguintes instrumentos: PPA, LDO, LOA, Prestações de Contas Mensais e Anual, RREO e RGF, Pareceres Prévios emitidos por Órgão de Controle Interno e Externo, dentre outros. Avaliar, inclusive, se foram observadas as disposições contidas nos artigos 52 a 58 da LRF.	Em análise ao Portal da Transparência – foram publicados, todos os instrumentos referentes ao PPA, LDO, LOA, RREO e RGF, Balancetes mensais e Balancetes Anuais.	Portal da Transparência PPA 2022-2025 https://www.prefeituradeaguabranca.es.gov.br/transparencia/documento?tipo=7 LDO 2022 https://www.prefeituradeaguabranca.es.gov.br/uploads/documento/20220720100145-lido-exercicio-de-2022-e-seus-anexos.pdf LOA 2022 https://www.prefeituradeaguabranca.es.gov.br/transparencia/documento?tipo=5 RREO 2022 https://www.prefeituradeaguabranca.es.gov.br/controladoria/pagina/ler/75/relatorio-resumido-da-execucao-orcamentaria



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						<p>RGF 2022 https://www.prefeituradeaguabranca.es.gov.br/controladoria/pagina/ler/72/relatorio-de-gestao-fiscal-rgf</p> <p>Prestação de Contas Mensal - Balancetes mensais http://aguabranca-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=6&tipo=6</p> <p>Prestação de Contas Anual – Balancetes anuais http://aguabranca-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=7</p> <p>Parecer prévio do Tribunal de Contas Estadual https://www.prefeituradeaguabranca.es.gov.br/transparencia/documento/index/0?tipo=13</p> <p>Relatórios do Controle Interno http://aguabranca-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=58</p>
2.2.22	Transparência na gestão execução orçamentária	Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Água Branca Relatórios de Execução Orçamentária – RREO e Anexos https://www.prefeituradeaguabranca.es.gov.br/controladoria/pagina/ler/75/relatorio-resumido-da-execucao-orcamentaria	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Avaliar se foi objeto de divulgação, em tempo real, de informações pormenorizadas da execução orçamentária e financeira, observadas as disposições contidas no artigo 48-A da LRF.	Em análise ao Portal da Transparência – foram publicados, todos os anexos referente a Execução Orçamentária e o Relatório Resumido de Execução Orçamentária.	Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Água Branca Relatórios de Execução Orçamentária – RREO e Anexos Publicações do RREO no DOM/ES 1º Bimestre DOM/ES – Edição nº 1988 – pag. 03 a 19 – Data: 30.03.2022 2º Bimestre DOM/ES – Edição nº 2024 – pag. 16 a 33 – Data:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		Diário Oficial dos Municípios - DOM/ES				25.05.2022 3º Bimestre DOM/ES – Edição nº 2069 – pág. 11 a 26 – Data: 28.07.2022 4º Bimestre DOM/ES – Edição nº 2110 – pág. 09 a 29 – Data: 26.09.2022 5º Bimestre DOM/ES – Edição nº 2153 – pág. 05 a 26 – Data: 29.11.2022 6º Bimestre DOM/ES – Edição nº 2198 – pág. 07 a 28 – Data: 30.01.2023
2.2.25	Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal - elaboração	Manual de demonstrativos fiscais da 12ª edição editado pela STN RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária e seus anexos RGF - Relatório de Gestão Fiscal e seus anexos.	LC 101/2000, arts. 52 a 55. Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF)	Avaliar se os demonstrativos que integram o RREO e o RGF foram elaborados em observância às normas editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional.	Em atenção as normas editadas pela STN, o RREO e o RGF e seus anexos se encontram em conformidade com as regras estabelecidas no MDF (12ª edição)	RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária: Anexo I – Balanço Orçamentário (p.172/173) Anexo II – Demonstrativo da Execução das despesas por função/subfunção (p.199) Anexo III – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (p.207) Anexo IV – Demonstrativo das receitas e despesas previdenciárias (p.226/227) Anexo VI – Demonstrativo do resultado primário e nominal (p.262/263) Anexo VII – Demonstrativo dos restos a pagar (p.289) Anexo VIII – Demonstrativo das receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE (p.317/318) Anexo IX – Demonstrativo das receitas de operações de crédito e despesas de capital (p.363) Relatório de Gestão Fiscal:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						<p>Anexo I – Demonstrativo de Despesa com pessoal (p.523)</p> <p>Anexo II – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida (p.560)</p> <p>Anexo III – Demonstrativo das garantias e contragarantias de valores (p.591)</p> <p>Anexo IV – Demonstrativo das operações de crédito (p.606)</p> <p>Anexo V – Demonstrativo da Disponibilidade de caixa e dos restos a pagar (p.632)</p> <p>Anexo VI – Demonstrativo Simplificado do Relatório de gestão fiscal (p.646)</p>
2.2.26	Limitação para de custeio de despesas	<p>LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias (Lei nº 1.634/2021)</p> <p>LOA – Lei Orçamentária Anual (Lei nº 1.667/2021)</p> <p>Consulta em Sistema de Contabilidade Pública da Listagem de Convênios celebrados no exercício</p>	LC 101/2000, art. 62.	Avaliar se o Município contribuiu para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação sem observar o que dispõe o artigo 62 da LRF.	<p>Não há previsão nas leis orçamentárias – LDO e LOA do exercício vigente, acerca de contribuição de custeio de despesas a outros entes.</p> <p>Além disso, o Município não celebrou convênios no exercício de 2022 visando custeio de despesa com outros entes da Federação.</p>	<p>LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.634/2021</p> <p>LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.667/2021</p> <p>Consulta em Sistema de Contabilidade Pública da Listagem de Convênios celebrados no exercício.</p>
2.2.27	Concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedades de economia mista.	Portal da Transparência	CRFB/88, art. 173, § 2º.	Avaliar se houve concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedades de economia mista não extensivos ao setor privado.	Em análise a Legislações aprovadas no exercício de 2022, o Município de Águia Branca não concedeu privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedades de economia mista.	Inexistência de Legislação que autoriza a concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedade de economia mista no Município de Águia Branca.
2.2.29	Déficit orçamentário medidas de contenção	LIMITA Relatório de Gestão – RELGES	LC 101/2000, art. 9º.	Avaliar se foram expedidos atos de limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos de condições estabelecidas em	Em análise ao arquivo LIMITA, verifica-se que o Município de Águia Branca não expediu nenhum ato legal destinado a limitação de empenho.	<p>LIMITA - Declaração informando que o Município de Águia Branca não editou atos legais de limitação de empenho.</p> <p>RELGES - Relatório de Gestão</p>



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		BALORC – Balanço Orçamentário		lei, com vistas à contenção de déficit orçamentário e financeiro.	Denota-se que ao encerramento do exercício de 2022 o Município apresentou Superávit orçamentário no valor de R\$ 6.844.836,17	BALORC Déficit Orçamentário: 0,00 Superávit orçamentário: R\$ 6.844.836,17
2.4.2	Dívida pública – precatórios – integração na dívida consolidada	RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º semestre	LC 101/2000, art. 30, §7º	Avaliar se os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento que nele foram incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites estabelecidos pela Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.	Conforme análise do Relatório de gestão Fiscal – RGF, no exercício de 2022, o Município de Água Branca não efetuou pagamentos de precatórios judiciais, bem como não contém em sua Dívida Consolidada Líquida precatórios judiciais pendentes de pagamento.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º Bimestre – Anexo II – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida. - Precatórios anteriores a 05/05/2000: R\$ 0,00 - Precatórios posteriores a 05/05/2000: R\$ 0,00
2.4.4	Dívida pública evidenciada no RGF	RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º Semestre	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º, inciso III.	Nos casos em que a dívida consolidada líquida do Estado/Município ultrapassou o limite e o valor excedente está sendo reduzido na forma do inciso I do artigo 4º, avaliar se o limite apurado anualmente, após a aplicação da redução de 1/15 (um quinze avo) está sendo registrado no Relatório de Gestão Fiscal a que se refere o art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000;	Em análise ao Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida previsto no Relatório de Gestão Fiscal, verifica-se que a Dívida Consolidada Líquida não ultrapassou os limites definidos no art. 4º, inciso III da Resolução do Senado Federal 40/2001.	Análise do RGF – Anexo II – 2º Bimestre - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida. Limite definido por Resolução do Senado Federal: R\$ 62.339.213,62 Dívida Consolidada Líquida: (R\$ 19.745.283,80)
2.4.5	Dívida pública extrapolação de limite no decorrer da execução orçamentária	RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º Semestre 2022 – Anexo II	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º, inciso IV, alínea b.	Avaliar se o Estado/Município, mesmo não apresentando, no exercício de 2001, dívida consolidada líquida superior	Conforme análise da Dívida Consolidada Líquida constante do RGF, em confronto com a Receita Corrente Líquida constante do RREO, denota-se que o Município	RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º Semestre 2022 – Anexo II Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida. Dívida Consolidada Líquida:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	redução do valor excedente	RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária – 6º Bimestre de 2022 (Anexo 03)		aos limites estabelecidos nos incisos I e II, do artigo 3º, nos exercícios subsequentes a 2001 incorreram no descumprimento desses limites. Em caso positivo, avaliar se a regra do inciso I, do artigo 4º, está sendo aplicada a partir do exercício que ocorreu o descumprimento.	de Água Branca não excede os limites da dívida pública, estabelecidos no art. 4º da Resolução 40/2001 do Senado Federal, razão pela qual não se demonstra necessário a aplicação da regra contida no art. 4º, inciso I da Resolução 41/2001 do Senado Federal.	(R\$ 19.745.283,80) Limite definido por Resolução do Senado Federal (120%) R\$ 62.339.213,62 RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária – 6º Bimestre de 2022 (Anexo 03) Receita Corrente Líquida: R\$ 51.949.344,68
2.4.6	Operação de crédito instituição financeira controlada	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre	LC 101/2000, art. 36.	Avaliar se o Estado/Município realizou operação de crédito com instituição financeira estatal sob seu controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Água Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2022.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre Valor: 0,00
2.4.7	Operação de crédito instituição financeira controlada	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 17.	Avaliar se foi realizada contratação de operação de crédito em que seja prestada garantia ao Estado/Município por instituição financeira por ele controlada.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Água Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2022.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre Valor: 0,00
2.4.8	Operação de crédito vedações	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º Semestre 2022 – Anexo II Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida.	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 5º	Avaliar se o Estado/Município contratou operação de crédito no exercício, estando impossibilitado de realizar tal operação em decorrência do descumprimento da regra estabelecida pelo artigo 4º da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Água Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2022. Em análise da Dívida Consolidada Líquida constante do RGF denota-se que o Município de Água Branca não excede os limites da dívida pública, estabelecidos no art. 4º da Resolução 40/2001 do Senado Federal, razão pela qual não se	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre Valor: 0,00 RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º Semestre 2022 – Anexo II Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida. Dívida Consolidada Líquida: (R\$ 19.745.283,80)



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					demonstra necessário a aplicação da regra contida no art. 4º, inciso I da Resolução 41/2001 do Senado Federal.	
2.4.9	Operação de crédito - vedações	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º Semestre 2022 – Anexo II Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida.	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 5º	Avaliar se o Estado/Município incorreu em qualquer das vedações previstas no art. 5º, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Água Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2022. Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal – Anexo II - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, verifica-se que por ocasião da ausência de Dívida Consolidada Líquida, não há incorrência do Município em qualquer das vedações do art. 5º, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre Valor: R\$ 0,00 RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º Semestre 2022 – Anexo II Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida.
2.4.10	Operação de crédito - Despesas de capital	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária – 2º Semestre – Anexo I – Balanço Orçamentário	CRFB/88, art. 167, inciso III	Avaliar se houve realização de operação de crédito em valor superior ao montante das despesas de capital, apurado na forma estabelecida pelo art. 6º, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Água Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2022. Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito) em confronto com o Relatório Resumido de Execução Orçamentária – 2º Semestre – Anexo I – Balanço Orçamentário, em ausência de realização de Operações de crédito, não se opera o descumprimento das	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre Valor: R\$ 0,00 RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária – 2º Semestre – Anexo I – Balanço Orçamentário Despesas de Capital: R\$ 7.518.602,35



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					normas do art. 6º, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.	
2.4.11	Operação de crédito limite global	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 7º, inciso I.	Avaliar se o montante global das operações de crédito realizadas pelo Estado/Município no exercício financeiro ultrapassou o limite de 16% (dezesesseis por cento) da receita corrente líquida.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Água Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2022. Além disso, verifica-se que por ocasião da ausência de realização de Operações de crédito, não há extrapolamento do limite definido pelo art. 6º, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre Valor: R\$ 0,00 Limite definido pelo art. 6º, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal: R\$ 8.311.895,15 Percentual definido sobre a RCL ajustada: 16%
2.4.12	Operação de crédito limite para amortizações, juros e mais encargos	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º Semestre 2022 – Anexo II Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 7º, inciso II.	Avaliar se o comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, não excedeu a 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Água Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2022. Considerando a não realização de operações de crédito no exercício, não se opera o descumprimento das normas do art. 7º, inciso II da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre Valor: R\$ 0,00 RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º Semestre 2022 – Anexo II Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida
2.4.13	Operação de crédito concessão de garantias e contragarantias	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 3 – 2º Semestre	LC 101/2000, art. 40	Avaliar se houve concessão de garantias pelo Estado/Município a operações de crédito interno e externo. Existindo, verificar se foram observadas as condições estabelecidas no art. 40 da LRF.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Água Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2022. Em análise ao Relatório de Gestão	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre Valor: R\$ 0,00 RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 3 – Demonstrativo das garantias e contragarantias de valores - 2º Semestre



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					Fiscal - Anexo 3 (Demonstrativo das garantias e contragarantias de valores), verificou-se que o Município de Águia Branca não concedeu garantias de operações de crédito no exercício de 2022.	Garantias Concedidas aos municípios - Operações de Créditos Externas: R\$ 0,00 - Operações de Créditos Internas: R\$ 0,00
2.4.14	Operação de crédito concessão de garantias e contragarantias	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 3 – 2º Semestre	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 18.	Avaliar se as exigências contidas no artigo 18, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal foram observadas.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2022. Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 3 (Demonstrativo das garantias e contragarantias de valores), verificou-se que o Município de Águia Branca não concedeu garantias de operações de crédito no exercício de 2022, portanto, não se opera a observância das exigências contidas no artigo 18, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre Valor: R\$ 0,00 RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 3 – Demonstrativo das garantias e contragarantias de valores - 2º Semestre
2.4.15	Operação de crédito concessão de garantias e contragarantias limite	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 3 – 2º Semestre	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 9º.	Avaliar se o saldo global das garantias concedidas pelo Estado/Município não excedeu a 22% (vinte e dois por cento) da receita corrente líquida.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2022 Além disso, verifica-se que por ocasião da ausência de concessão de garantias e contragarantias de operações de crédito, não se opera o limite definido pelo art. 9º, da Resolução nº 43/2001 do Senado	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre Valor: R\$ 0,00 RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 3 – Demonstrativo das garantias e contragarantias de valores - 2º Semestre Limite definido por Resolução nº 43/2001 do Senado Federal: R\$ 11.428.855,83



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2.4.16	Operação de crédito – cláusulas contratuais vedadas	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre	Resolução nº 43/2001 Senado Federal, art. 20.	Avaliar se foram incluídas cláusulas vedadas pelo artigo 20, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal nos contratos relativos a operações de crédito firmados pelo Estado/Município.	Federal. Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2022. Considerando a não ocorrência de operações de crédito, não se opera a análise da norma pelo artigo 20, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre Valor: R\$ 0,00
2.4.17	Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária – exigências para contratação	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre	LC 101/2000, art. 38, incisos I, II e III	Avaliar se houve contratação de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício. Existindo, avaliar se foram observadas as exigências contidas nos incisos I, II e III, do artigo 38 da LRF.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2022. Considerando a não ocorrência de operações de crédito, não se opera a análise das exigências contidas nos incisos I, II e III, do artigo 38 da LRF.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre Valor: R\$ 0,00 Antecipação da Receita pela venda a termo de bens e serviços: R\$0,00
2.4.18	Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária – vedações	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre	LC 101/2000, art. 38, incisos IV	Avaliar se houve contratação de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício nas situações vedadas pelo inciso IV, do artigo 38 da LRF.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2022. Considerando a não ocorrência de operações de crédito, não se opera a análise das situações vedadas no inciso IV do artigo 38 da LRF.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre Valor: R\$ 0,00 Antecipação da Receita pela venda a termo de bens e serviços: R\$0,00
2.5.17	Avaliação atuarial - Inicial	DEMAAT – Reavaliação Atuarial Anual para	Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998,	Avaliar se o ente realizou avaliação atuarial inicial e	Em análise ao DEMAAT verifica-se que o RPPS realizou avaliação	DEMAAT - Reavaliação Atuarial 2023 do RPPS nº 1.838



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		verificação do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS. DEMAAT - Reavaliação Atuarial Anual para verificação do equilíbrio financeiro e atuarial dos benefícios pagos pelo tesouro	art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF	estudo de viabilidade orçamentária, financeira e de cumprimento dos limites da LRF, com a finalidade de instituir um RPPS.	atuarial em cumprimento as regras contidas na LRF. Em análise ao DEMAAT – Benefícios do tesouro verifica-se que a Prefeitura Municipal de Águia Branca realizou avaliação atuarial em cumprimento as regras contidas na LRF.	(Responsável: Igor França Garcia – MIBA/RJ 1.659) DEMAAT – Reavaliação Atuarial 2023 do Benefícios do Tesouro nº 1.839 (Responsável: Igor França Garcia – MIBA/RJ 1.659)
--	--	--	------------------------------------	--	---	---



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

QUADRO DE PESSOAL

No exercício do ano de 2022 para as atividades da CGM – Controladoria Geral do Município, a Unidade Central de Controle Interno, contou com o total de 03 (servidores), sendo 01 (um) Controlador Geral do Município, 01 (um) Coordenador Técnico de Auditoria e um 01 (um) Auditor Público Interno efetivo.

Nesse sentido, ao final do ano de 2022, a Unidade Central encerrou suas atividades com o seguinte quadro de servidores, conforme relação abaixo:

Funções	Vagas	2022
Controlador Geral	1	1
Coordenador técnico de Contabilidade	1	0
Coordenador técnico de Auditoria	1	1
Auditor Público Interno	2	1
TOTAL DE SERVIDORES.....	05	03

Atualmente, a Controladoria Geral do Município apresenta uma melhora no déficit do quadro de servidores, tendo em vista o preenchimento de 60% das vagas disponíveis, com um total de 03 (três) vagas preenchidas conforme demonstração acima.

Outrossim, apesar do preenchimento das referidas vagas, a alta demanda do exercício de 2022 prejudicou a execução completa das atividades do PAAI/2022, principalmente em razão do Auditor Público Interno, com formação em Ciências Contábeis cumprir carga horária semanal de 20h (vinte horas), insuficiente a atender as finalidades e demandas oriundas das Unidades Gestoras.

2. ATIVIDADES REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2022

Considerando as atividades desenvolvidas na Unidade Central de Controle Interno – UCCI no ano de 2022, ressalta-se a ocorrência do cumprimento parcial das atividades previstas no PAAI/2022, tendo em vista, como mencionado acima, a alta demanda da Unidade Central de Controle Interno, bem como a disposição de 01 (um) Auditor Público Interno efetivo com formação em Ciências Contábeis com carga horária semanal de 20h (vinte horas).



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2.1 Auditorias Internas executadas

Os procedimentos de Auditoria integram como fonte principal as demandas da Controladoria Municipal. É notório destacar que, a presença do Auditor Público Interno é imprescindível para realização de Auditorias de natureza contábil nas Unidades Gestoras.

Partindo da análise do **Cronograma de Auditorias e Atividades do Controle Interno no exercício de 2022**, destacamos que foram previstas 08 (oito) Auditorias a serem realizadas no exercício de 2022, contudo, somente foram executadas 07 (sete) Auditorias, sendo necessário, além das previstas, a abertura de 01 (uma) Auditoria Extraordinária, em razão da demanda de órgão de controle externo, totalizando a abertura de 08 (oito) Auditorias Internas no exercício de 2022. Além disso, foi realizada a finalização de 01 (uma) Auditoria Extraordinária do exercício anterior, conforme transcrevo abaixo:

AUDITORIAS REALIZADAS EM 2022		
1) Auditorias previstas no PAAI/2022 – 07 Auditorias executadas		
2) Auditorias Extraordinárias – 01 Auditoria executada		
IDENTIFICAÇÃO	OBJETO	SITUAÇÃO
Processo nº 3549/2022	Auditoria Interna para avaliar a legalidade, efetividade e conformidade da execução das despesas com diárias concedidas aos Servidores Públicos e Agentes Políticos da Prefeitura Municipal de Águia Branca Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Águia Branca	Concluído
Processo nº 5009/2022	Auditoria Governamental de Conformidade para avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho. Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Águia Branca	Concluído
Processo nº 5010/2022	Auditoria Governamental de Conformidade para avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho. Unidade Gestora: Câmara Municipal de Águia Branca	Concluído
Processo nº 5011/2022	Auditoria Governamental de Conformidade para avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho. Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Águia Branca	Concluído
Processo nº 5012/2022	Auditoria Governamental de Conformidade para avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho. Unidade Gestora: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Águia Branca	Concluído



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Processo nº 3888/2022	Auditoria Governamental de Conformidade para avaliar se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da Dívida Ativa tributária municipal por meio de protesto e execução fiscal, no período de exercício entre 2018 a 2021. Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Águia Branca	Concluído
Processo nº 6100/2022	Auditoria Governamental de Conformidade para avaliar o pagamento de passivos – Ordem Cronológica das Exigibilidades Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Águia Branca	Concluído
Processo nº 4366/2022	Auditoria Extraordinária para Avaliação do Sistema de Registro de Ponto dos Servidores lotados na Secretaria Municipal de Obras. Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Águia Branca	Concluído
Processo nº 3256/2021	Auditoria Extraordinária para Avaliação do Sistema de Registro de Ponto dos Servidores lotados no Fundo Municipal de Saúde de Águia Branca/ES Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Águia Branca	Concluído

Ressalta-se que, no tocante a Prefeitura Municipal de Águia Branca, foram realizadas 02 (duas) Auditorias Internas de Conformidade referente a Tabela Referencial 01 da IN 68/2020 e suas alterações do TCEES, conforme itens de abordagem prioritária:

1.1 - Gestão fiscal, financeira e orçamentária, selecionando o ponto de controle:

1.1.2 - Despesa – realização sem prévio empenho;

1.3.6 - Dívida ativa e demais créditos tributários – cobrança regular.

2.2 Análises Técnicas e Outros procedimentos realizados

Partindo da análise dos demais procedimentos realizados pela Unidade Central de Controle Interno no exercício de 2022, pautados no cumprimento das Leis Municipais, Constituição Federal 1988, Instrução Normativa 68/2020 do TCEES 28/2013 e Resolução nº 227/2011 TCEES e demais disposições legais aplicáveis, no tocante aos procedimentos adotados pelo Controle Interno no ano de 2022, foram expedidas diversas Recomendações e Alertas ao Município de Águia Branca, conforme os Ofícios e Orientações-Técnico Jurídicas, citados abaixo:

- RECOMENDAÇÃO/CGM/001/2022 de COMUNICAÇÃO dos prazos de Remessas de PCM/PCA 2022 - Portaria Normativa nº 88, 30 de novembro de



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2021;

- RECOMENDAÇÃO/CGM/004/2022 de COMUNICAÇÃO dos prazos de Remessas de Folha de Pagamento 2022 - Portaria Normativa nº 88, 30 de novembro de 2021;
- RECOMENDAÇÃO/CGM/009/2022 de RECOMENDAÇÃO quanto a Publicidade do Relatório Resumido de Execução Orçamentária RREO e Relatório de Gestão Fiscal RGF;
- RECOMENDAÇÃO/CGM/010/2022 de Implementação de cobrança de taxa ou tarifa do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos;
- PARECER/CGM/001/2022 quanto a Projeto de Lei- Criação de Cargo de Fiscal de Tributos;
- PARECER/CGM/002/2022, referente ao Processo nº 4148/2022;
- PARECER/CGM/004/2022 referente ao Processo nº 6234/2022;
- ORIENTAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA nº 001/2022 acerca da publicidade do Relatório Resumido de Execução Orçamentária RREO e Relatório de Gestão Fiscal RGF;
- COMUNICAÇÃO INTERNA/CGM/014/2022 Informação – CidadES - Folha de Pagamento. Pontos de Controle. Agente Público ocupado mais de dois vínculos;
- OFÍCIO/CGM/013/2022 SOLICITA PROVIDÊNCIAS - Adesão ao Regime de Previdência Complementar;
- OFÍCIO/CGM/019/2022 de SOLICITAÇÃO quanto ao prazo de envio dos documentos da PCA 2021 ao Controle Interno para emissão de Parecer Conclusivo;
- OFÍCIO/CGM/022/2022 de SOLICITAÇÃO quanto a Nomeação de Servidor Responsável pela Remessa Contratação;
- OFÍCIO/CGM/035/2022 CIÊNCIA do Relatório do Processo de Auditoria nº 4619/2021;
- OFÍCIO/CGM/051/2022 Alteração do Anexo I da IN 68/2020 - Portaria Normativa nº 35/2022 do TCEES;
- OFÍCIO/CGM/056/2022 Alteração do Anexo I da IN 68/2020 - Portaria Normativa nº 35/2022 do TCEES;
- OFÍCIO/CGM/0059/2022 de RECOMENDAÇÃO - Audiência Pública. Elaboração de LDO;



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

- OFÍCIO/CGM/060/2022 de RECOMENDAÇÃO - Achados da PCA 2021. Contas do Prefeito. Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO;
- OFÍCIO/CGM/061/2022 de RECOMENDAÇÃO - Achados da PCA 2021. Contas do Prefeito. Programação Financeira e Cronograma de execução mensal de desembolso;
- OFÍCIO/CGM/063/2022 de RECOMENDAÇÃO - Achados da PCA 2021. Contas do Prefeito. Renúncia de Receitas;
- OFÍCIO/CGM/069/2022 Relatório Preliminar do Processo TC 913/2022;
- OFÍCIO/CGM/075/2022 de RECOMENDAÇÃO - Relatório de Auditoria 3256/2021;
- OFÍCIO/CGM/098/2022 de RECOMENDAÇÃO - Audiência Pública. Elaboração de LOA;
- OFÍCIO/CGM/104/2022 de MINUTA DE PORTARIA - Regulamentação de Recadastramento de Inativos geridos pela Prefeitura Municipal de Águia Branca;
- OFÍCIO/CGM/111/2022 Minuta de Alteração da Instrução Normativa - SFI Nº 02/2021;
- OFÍCIO/CGM/135/2022 de Relatório do Processo de Auditoria nº 4366/2022;
- OFÍCIO/CGM/154/2022 de Relatório Parcial do Processo de Auditoria nº 3888/2022;
- OFÍCIO/CGM/154/157/2022 de Relatório do Processo de Auditoria nº 5009/2022;
- OFÍCIO/CGM/171/2022 de RECOMENDAÇÃO - Acórdão 1102/2022-6 do Processo 913/2022 do TCEES;
- OFÍCIO/CGM/172/173/2022 de Comunicação Administrativa-TCEES;
- OFÍCIO/CGM/177/2022 de RECOMENDAÇÃO - elaboração de Plano Diretor Municipal e Plano de Mobilidade Urbana;
- OFÍCIO/CGM/180/2022 de RELATÓRIO do Processo de Auditoria nº 6100/2022;
- OFÍCIO/CGM/182/2022 de RELATÓRIO do Processo nº 3254/2021;
- OFÍCIO/CGM/183/2022 e OFÍCIO/CGM/184/2022 de RELATÓRIO do Processo nº 4119/2021;



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Além disso, ressalta-se que a Controladoria Geral do Município realizou 06 (seis) reuniões/audiências com vistas a orientar os órgãos componentes da Administração Pública do Poder Executivo Municipal.

Denota-se ainda, que a Controladoria Geral do Município emitiu 11 (onze) pareceres com a finalidade de avaliar os processos de Aposentadoria e Pensões, com base na Instrução Normativa Municipal SPP - 03/2015.

Quanto à realização de treinamentos e aprimoramento da Administração Pública Municipal, a Controladoria Geral do Município acompanhou o processo de instituição do Regime de Previdência Complementar (RPC), que culminou com a implementação do RPC pela Lei Municipal nº 1.658/2021, e a contratação de instituto responsável pela implantação deste regime no Município.

No mais, em relação a Unidade Central de Controle Interno realizou a abertura de 06 (seis) Procedimentos de Fiscalização, entre eles, as fiscalizações referentes a transparência e publicidade das informações públicas do Município.

2.3 Departamento de Controle Interno e Atividades Permanentes

No ano de 2022, consubstancia-se, a ocorrência de elaboração e atualização de Instruções Normativas, conforme listagem abaixo:

Descrição	Situação
Instrução Normativa SFI nº 001/2022 – Câmara Municipal de Águia Branca	Aprovada por Resolução nº 063/2022
Atualização da Instrução Normativa SFI nº 002/2021 – Prefeitura Municipal de Águia Branca	Aprovada por Decreto nº 9.952/2022
Instrução Normativa SRH nº 01/2022 – Prefeitura Municipal de Águia Branca	Fase de Análise pelo Gestor
Instrução Normativa SFI nº 03/2022 – Prefeitura Municipal de Águia Branca	Fase de Análise pelo Gestor

2.4 Acompanhamento do Processo de Prestação de Contas Anual

A Controladoria Geral examinou os documentos, que compõe a Prestação de Contas Anual relativo ao exercício financeiro de 2022 da Unidade Gestora - Prefeitura Municipal de Águia Branca – Contas de Governo, sob responsabilidade do



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ordenador de Despesas, o Prefeito Municipal no exercício de 2022, Exmo. Jailson José Quiuqui.

Denota-se que o exame teve por objetivo, o apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional, avaliando os resultados, quanto à eficácia e economicidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Prefeitura Municipal de Água Branca, em face ao cumprimento da Norma Constitucional prevista nos arts. 70 e 74 da CRFB/88 combinado com o art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000, e consoante as determinações contidas na Instrução Normativa 68/2020, resultando nos Relatórios e Parecer Conclusivo do Órgão Central do Controle Interno, RELOCI, RELACI e INFOCI, que obrigatoriamente, compõe a Prestação de Contas Anual.

2.5 Relatórios de Gestão Fiscal – RGF

Uma das atribuições da Controladoria é exercer o acompanhamento sobre os limites constitucionais, previstos na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal 101/2000, e neste sentido, a Controladoria realizou a conferência dos dados contidos nos relatórios contábeis para efeito de apuração da RCL da Despesa Líquida de Pessoal e apuração do Limite Legal referente ao período anual de 2022.

No decorrer do exercício do ano de 2022, foram enviadas Recomendações no sentido de orientar a Unidade Gestora quanto ao cumprimento dos limites legais.

Quanto à publicação do Relatório de Gestão Fiscal, o art. 54, caput, e o art. 55, § 2º, ambos da Lei Complementar 101/2000 definiram a periodicidade e o prazo para publicação do Relatório de Gestão Fiscal.

De acordo com Monitoramento realizado ao longo do exercício de 2022, constatou-se a divulgação dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) dentro dos prazos legais, conforme tabela a seguir:

Referência	Meios de Divulgação	Data de Publicação no DOM/ES	Data da Publicação no Portal da Transparência	Republicação
1º Semestre	- DOM/ES - Edição nº 2070 – pág. 28 a 33 - Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Água Branca	29/07/2022	29/07/2022	N



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2º Semestre	- DOM/ES - Edição nº 2198 – pág. 29 a 35 - Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca	30/01/2023	30/01/2023	N
--------------------	---	------------	------------	---

No tocante ao acompanhamento dos limites previstos na Lei Complementar 101/2000, denota-se que o Município de Águia Branca, atendeu os preceitos dos artigos 19 e 20 da LRF, quanto ao gasto total de despesa com pessoal, que totalizou R\$25.518.022,08 (vinte e cinco milhões quinhentos e dezoito mil e vinte e dois reais e oito centavos) alcançando um percentual de 49,12% no exercício de 2022, abaixo do limite legal previsto de 54% da Receita Corrente Líquida.

Consoante ao saldo da Dívida Consolidada Líquida verifica-se que o Município de Águia Branca não ultrapassou os limites estabelecidos na Lei Complementar 101/2000 e na Resolução 40/2001 do Senado Federal.

2.6 Acesso a Informação

A Lei de Acesso à Informação – Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, tem a finalidade de garantir o acesso aos usuários às informações públicas previstas no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal.

Visando a implementação do acesso à informação no âmbito do Poder Executivo e Legislativo nos Municípios e seus demais entes, foi publicada Lei Ordinária Municipal nº 1.356, de 21 de julho de 2016, que regulamentou os procedimentos a serem adotados para assegurar o direito fundamental de acesso à informação no âmbito do Município de Águia Branca.

Com o advento da Lei Municipal, passou a ser uma das atribuições da Controladoria Geral do Município a divulgação e orientações aos gestores públicos e municipais sobre as medidas necessárias para, não só ser efetiva a implementação dessa Lei, bem como para buscar outros mecanismos efetivos ao cumprimento dos dispositivos, tais como, o atendimento de demandas através dos canais de acesso ao cidadão disponíveis no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Águia Branca.

O marco inicial do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), no município de Águia Branca/ES, iniciou-se em 21 de julho de 2016



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

pela Lei nº 1.356/16 e se efetivou no sistema online no ano de 2017, possibilitando ao cidadão solicitar informações para a Prefeitura e a obtê-las nos prazos previstos em lei.

A plataforma virtual (e-SIC) destinada a pedidos de informação permitiu que qualquer pessoa física ou jurídica encaminhasse pedidos de acesso à informação para a Prefeitura Municipal de Águia Branca e Câmara Municipal de Águia Branca.

Além disso, em maio de 2019, o Município de Águia Branca, através do Decreto nº 8.440/2019, regulamentou a criação da Ouvidoria Municipal, órgão ligado diretamente a Controladoria Geral, tendo como âmbito de ação a coordenação e o controle das ações municipais através da relação institucional direta com os munícipes nas questões relativas ao recebimento de sugestões, solicitações reclamações e denúncias acerca dos atos da Administração Pública e suas Unidades Executoras.

No exercício do ano de 2022, todas as solicitações registradas no e-SIC e na e-OUV (ouvidoria) foram atendidas conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 1 - Evolução mensal dos números de pedidos de acesso à informação

Ano de 2022		
MÊS	Quantidade de Solicitações	Total 2022
Janeiro	01	33 pedidos de acesso à informação e/ ou Ouvidoria
Fevereiro	00	
Março	01	
Abril	02	
Maio	04	
Junho	05	
Julho	00	
Agosto	00	
Setembro	07	
Outubro	01	
Novembro	10	
Dezembro	02	

2.7 Portal Transparência

O Portal da Transparência é um instrumento criado para divulgar os dados públicos necessários para o pleno exercício do controle social pelo cidadão. É a ferramenta por meio da qual a sociedade poderá adquirir o conhecimento necessário



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA **CONTROLADORIA GERAL**

para o controle das ações de governo, bem como contribuir para a prevenção e combate à corrupção.

Em consulta realizada no Portal da Transparência, o cidadão possui acesso ao detalhamento das informações do legislativo, compras, materiais e bens, receitas, despesas, repasses, contas públicas, pessoal e controle interno.

O referido Portal dispõe de ferramentas de auxílio na utilização do Portal da Transparência como o aumento e redução da fonte, itens de acessibilidade e libras, além de um canal de Perguntas e respostas frequentes.

Denota-se que a Controladoria Geral do Município promoveu fiscalização do Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca, através do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP) iniciado pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, com vistas a realizar Levantamento Nacional da Transparência Pública cuja finalidade foi diagnosticar, avaliar, recomendar e monitorar a implementação de medidas voltadas a ampliar a transparência pública ativa no Brasil, em observância as regras e diretrizes da Resolução Atricon nº 09/2018.

Além disso, ressalta-se a fiscalização realizada pela Controladoria Geral do Município em razão do Índice de Transparência e Governança Pública da Prefeitura Municipal de Águia Branca, que levou em conta a Metodologia aplicada pela Transparência Capixaba – ITGP.

2.8. Treinamentos dos Servidores da CGM

No exercício de 2022, a Equipe da Unidade Central de Controle Interno participou de diversos Cursos de Capacitação, conforme se menciona a seguir:

- Treinamento INFOCI - Como gerar o arquivo INFOCI conforme anexo III da IN 68, que deve ser enviado junto a prestação de contas (PCA), realizado no dia 03.03.2022, com carga horário de 01 horas, promovido pela empresa EL Produções de Software Ltda;
- Curso Imersão: Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos – por uma gestão inovadora e eficiente, realizado no período de 16.05.2022 a 18.05.2022, com carga horária de 20 horas, promovido pela Escola de Serviço Público do Espírito Santo (ESESP);



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

- Curso “Atuação do Controle Interno sobre as demonstrações contábeis”, realizado no dia 13.06.2022 em Nova Venécia, totalizando 04 horas – Enfoc 2022 – Encontro de Formação e Controle – Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;
- Curso “A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei 14.133/2021), realizado nos dias 19 e 20.10.2022 em Pancas, totalizando 16 horas/aula, promovido pela empresa Atual Informativo Fiscal;
- Curso “Controle Interno Procedimentos a serem adotados para atender as exigências do TCEES na PCA de 2021. Ênfase RELOCI, RELUCI, RELACI e INFOCI”, realizado nos dias 15.02.2022 e 16.02.2022 em Vitória/ES, totalizando 16 horas/aula, ministrado pela Fundação Espírito-santense de Tecnologia – FEST;
- Curso “Elaboração de Termo de Referência”, realizado no período de 22.06.2022 a 24.06.2022 em São Domingos de Norte/ES, com carga horária de 20 horas, promovido pela Escola de Serviço Público do Espírito Santo (ESESP);
- Webinar: A Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei 14.133/2021) e suas principais inovações, realizado em 08.08.2022 (online), com carga horária de 03 horas, ministrado pela Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

3. TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS (TCE) E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS INSTAURADOS NA UG.

Processo Administrativo	Descrição do caso de dano apurado	Data da instauração	Data de encaminhamento ao TCE	Valor do Débito	Protocolo/Processo no Tribunal de Contas

OBS: NÃO HÁ OCORRÊNCIA DE TOMADA DE CONTAS NA UG, NO EXERCÍCIO DE 2022.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

4. ATENDIMENTOS AO TRIBUNAL DE CONTAS CONTROLE EXTERNO, FISCALIZAÇÃO E LEVANTAMENTO

Quanto aos atendimentos realizados pela Unidade Central de Controle Interno, denota-se inicialmente, que o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo arquivou o monitoramento do Processo 03524/2017-6, referente à Fiscalização da Secretaria Municipal de Finanças no Município de Águia Branca decorrente de Auditoria realizada pelo TCEES na Administração Tributária dos Municípios do Estado do Espírito Santo no ano de 2017, que apurou indícios de irregularidades no Setor da Tributação.

Além disso, quanto aos Questionários e questionamentos encaminhados pelo TCEES no ano de 2022, todos foram devidamente respondidos a fim de contribuir com os levantamentos e fiscalizações desse órgão de Controle Externo.

Assevera-se ainda, que, quanto as demandas encaminhadas pelo TCEES ao Controle Interno, se destaca:

- Notícia de irregularidade TC nº 195/2022 do Sistema de Ouvidoria “Conta pra Gente”;
- Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), com o intuito de mobilizar as próprias instituições de controle, os agentes públicos e a sociedade para concretização do direito fundamental à informação;
- Resposta ao Monitoramento do Acórdão 1668/2018-1 referente ao Processo TC 3521/2016;
- Processo de Fiscalização TC nº 7576/2021 - Levantamento de informações quanto a estrutura de governança contábil e de controle interno;
- Fiscalização do FUNPAES – Procedimento de contratação de obras da educação selecionadas segundo critério de risco, materialidade, oportunidade e relevância dentre os projetos selecionados no Edital 2021 do FUNPAES;
- Fiscalização – Questionário sobre Imunização Infantil contra a COVID-19;



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

- Questionário - Acompanhamento da evolução da prestação de serviços de abastecimento de água e esgoto sanitário, tendo como meta a universalização dos serviços públicos até 31/12/2033;
- Fiscalização – Processo 1.673/2022 – Acompanhar as providências adotadas pelos titulares dos 78 municípios capixabas dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos Urbano (SMRSU), quanto à definição da entidade responsável pela regulação e fiscalização dos serviços, conforme estabelecido no art. 8º, § 5º da Lei Federal 11.445/2007, bem como quanto ao estabelecimento de cobrança pelos SMRSUs, com vistas a assegurar a sustentabilidade econômico-financeira destes serviços, conforme estabelecido no art. 29,II da Lei 11.445/2007 e Norma de Referência nº 1/2021 da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA);
- Processo nº 1295/2022 – Termo de ajustamento de Gestão – TAG;
- Processo TC 8000/2022 – Projeto Integrar – acompanhamento de Obras Paralisadas;
- Processo nº 2269/2021 – Auditoria/Fiscalização acerca do Acompanhamento do cumprimento de metas dos Planos Municipais de Educação – PME, Metas 1,2,6,7 e 15 do Plano Nacional de Educação;
- Fiscalização para elaboração do Plano de Mobilidade Urbana;

5. ATENDIMENTO AS DEMANDAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

No tocante as demandas do Ministério Público Estadual, o órgão de Controle Interno atende as solicitações encaminhadas a cargo de fiscalização e apoio ao controle externo ministerial.

Desse modo, alcança destaque a demanda referente a solicitação de abertura de AUDITORIA no Sistema de Registro de Ponto dos servidores da Secretaria Municipal de Obras, que foi concluído em 26.09.2022.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da execução das atividades do Controle Interno, ponderou-se que o órgão de controle cumpriu parcialmente com as atividades dispostas no PAAI/2022, bem como, desempenhou de maneira ponderada a análise dos itens de controle da IN



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

68/2020 do TCEES aplicáveis a Unidade Gestora – Prefeitura Municipal de Águia Branca.

Para o exercício de 2023, as ações da Controladoria Geral do Município – CGM serão voltadas para a atualização de mecanismo de controle com vistas a dar continuidade a reestruturação do Sistema de Controle Interno.

Além disso, a CGM estará buscando conhecimento através da capacitação dos seus servidores no intuito de aprimorar as atividades desempenhadas pelo Controle Interno, com a formulação de metas e análise de matriz de risco para os anos subsequentes.

Ademais, a CGM fará ações para a implementação efetiva de Normas de procedimentos administrativos, visando à padronização e o cumprimento dos regramentos estabelecidos pelas legislações vigentes no tocante ao cumprimento das exigências deste Tribunal de Contas Estadual.

Águia Branca/ES, 30 de março de 2023.

MENARA SCALDAFERRO RODRIGUES

Controladora Geral do Município
OAB/ES 29.295 - Decreto nº 9.245/2021